

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2019
(Processo Administrativo nº 23109/ 201896-2019-58)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Ouro Preto, por meio da Coordenadoria de Suprimentos, localizada no Campus Universitário do Morro do Cruzeiro, CEP 35.400-000, Ouro Preto/MG, telefones: (31) 3559-1382, e ainda por intermédio do pregoeiro, ao final identificado, designado pela Portaria nº 122 de 07 de maio de 2019, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço** por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 06/11/2019

Horário: 09:00 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **material elétrico / eletrônico para serem utilizados em aulas práticas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

1.3. *O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes no termo de referência, anexo deste edital, prevalecerão as últimas.

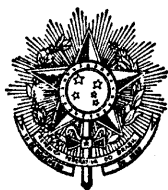
2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.



3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1.Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

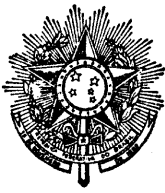
4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



- 4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.5.1. Valor unitário e total do item;
 - 5.5.2. Marca;
 - 5.5.3. Fabricante;



5.5.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, informações relevantes para o detalhamento da proposta.

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

5.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

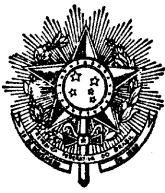
6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 6.9.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.14. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.23. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.24. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

6.24.1. no país;

6.24.2. por empresas brasileiras;

6.24.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.25. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

6.26. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

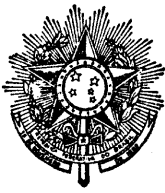
6.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



7.3. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

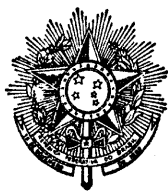
7.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.9. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

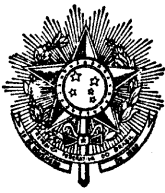
8.1.1. SICAF;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 8.1.4. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.1.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.1.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.2. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 8.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 04 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.
- 8.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa



SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições descritas adiante.

8.6. Habilitação jurídica:

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

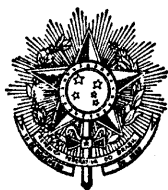
8.7. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.7.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.7.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

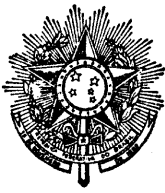
8.7.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



- 8.7.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.7.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.7.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.7.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 04 (quatro) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do seguinte e-mail xxx@ufop.edu.br c/c para Walter.cardoso@ufop.edu.br e reginaldo@ufop.edu.br.
- 8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.9.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.9.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.9.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



8.12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.16. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(res) deverá(ão) ser encaminhada no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. todos os valores deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, sendo os centavos com apenas duas casas decimais. Não serão considerados para efeito de empenhamento, valores cujos preços contenham mais de duas casas decimais, sendo desconsideradas as frações de centavos. Ex: 0,0123, será empenhado 0,01.

9.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

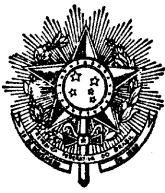
10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

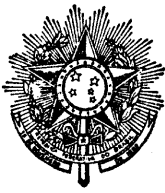
15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DO REAJUSTE

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

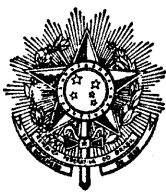
- 20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 20.1.3. apresentar documentação falsa;
- 20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.6. não manter a proposta;
- 20.1.7. cometer fraude fiscal;
- 20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



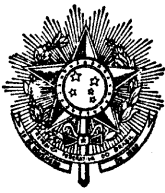
- 20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 21.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

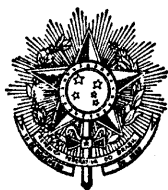
- 22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



- 22.2. A impugnação poderá ser realizada **somente na forma eletrônica**, pelo e-mail: walter.cardoso@ufop.edu.br c/c para reginaldo@ufop.edu.br e csu@ufop.edu.br.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 23.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos**



23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

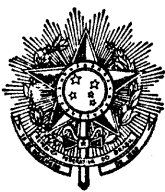
23.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.ufop.br>, ícone licitações, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Coordenadoria de Suprimentos, localizada no Campus Universitário do Morro do Cruzeiro, prédio Centro de Convergência, CEP 35.400-000, nos dias úteis, no horário das 09 às 16 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 23.14.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 23.14.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- 23.14.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 23.14.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Ouro Preto, 23 de outubro de 2019.

Walter Cardoso
Pregoeiro Oficial
(31) 3559-1382
walter.cardoso@ufop.edu.br



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO PREÇO N.º 029/2019

(Processo Administrativo n.º 23109/201896-2019-58)

24. DO OBJETO

24.1. **Aquisição de material elétrico / eletrônico para serem utilizados em aulas práticas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:**

24.2. A licitação será dividida em itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, e as especificações dos mesmos encontram-se detalhadas na tabela abaixo:

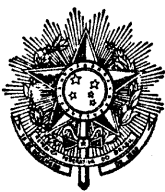
ITEM	QTD E.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
1	36.00	UN	30.26.006241-CARREGADOR DE PILHAS E BATERIA. CARREGA 1-2 BATERIAS RECARREGÁVEIS AA/AAA OU 1 BATERIA 9V - LED APAGA AO TÉRMINO DA CARGA - DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO - 2 CANAIS DE CARGAS INDEPENDENTES - BILVOLT AUTOMÁTICO (AC 100-240V) - MONITORAMENTO DE VOLTAGEM - MICROPROCESSADOR QUE CONTROLA O MODO IDEAL DE CARGA - PROTEÇÃO CONTRA CURTO - CIRCUITO. CATMAT:384961 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	48,9900	1.763,640 0	268/2019 -2 447/2019 -1
2	350.00	UN	30.26.006516-LED VERDE DIFUSO REDONDO 3MM. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,22	77,0000	167/2019 -26 447/2019 -2
3	20.00	UN	30.26.006812-EXTENSÃO ELETRICA 5 METROS 3 TOMADAS - PADRAO PERLEX 1086. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	18,2400	364,8000	219/2019 -1 447/2019 -3
4	31.00	UN	30.26.007005-FONTE DE ALIMENTAÇÃO DE TENSÃO CONTINUA, REGULADA, ESTABILIZADA, TENSÃO DE SAÍDA JUSTADA DE 0 A 30 VCC, CORRENTE AJUSTADA ENTRE 0 E 5 A, DISPOSITIVO PARA AJUSTE GROSSO E FINO DE TENSÃO E DE CORRENTE, DOIS INDICADORES DIGITAIS DE 3 1/2 DÍGITOS, PRECISÃO DE 1,5% OU MELHOR, EFEITO	534,9000	16.581,90 00	150/2019 -1 447/2019 -4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



			DE CARGA MELHOR QUE 0,02% + 10 MV, ONDULAÇÃO E RUÍDO: A 0,5MV RMS; PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA E CURTO CIRCUITO; PROTEÇÃO DE ENTRADA COM FUSÍVEL; CABO DE ALIMENTAÇÃO E MANUAL DE INSTRUÇÕES; PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA, CURTO-CIRCUITO E INVERSÃO DE POLARIDADE; SAÍDA AUXILIAR DE 12 VCA A 8 A; ALIMENTAÇÃO DE 127 / 220 VCA, 50 / 60 HZ. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
5	300.00	UN	30.26.007111-PILHA PALITO RECARREGÁVEL AAA. TENSÃO MÍNIMA 1,2V - AMPERAGEM MÍNIMA 1000 MAH NIMH; DIMENSÃO APROXIMADA DE 11X45 MM; PARA USO EM CÂMERAS DIGITAIS, BRINQUEDOS E ELETRÔNICOS. DEVE ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT, CONFORME NBR 9514:1986. CATMAT:53180 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	5,9800	1.794,0000	447/2019 -106
6	300.00	UN	30.26.007112-PILHA PEQUENA RECARREGÁVEL AA, COMPOSIÇÃO NÍQUEL METAL HIDRETO (NIMH), TENSÃO 1,2V, AMPERAGEM MÍNIMA DE 2500 MAH, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS. DEVE ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT, CONFORME NBR 9514:1986. EMBALAGEM COM 2 PILHAS. CATMAT:53180 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	9,6400	2.892,0000	447/2019 -107
7	350.00	UN	30.26.007207-CIRCUITO INTEGRADO LM 741 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,88	308,0000	167/2019 -35 447/2019 -5
8	12.00	UN	30.26.007548-EXTENSÃO COM 3 TOMADAS 2,50MMX30M (DIAMETRO X COMPRIMENTO). EXTENSÃO EQUIPADA COM UM CABO PP CIRCULAR COM DUPLA ISOLAÇÃO E CARRETILHA. COMPOSIÇÃO/MATERIAL: PVC, PS, COBRE E LATÃO. APLICAÇÃO / COMPATIBILIDADE EXTENSÃO E MULTIPLICAÇÃO DAS TOMADAS. CABO FLEXÍVEL. COMPRIMENTO: 30METROS.	289,7400	3.476,8800	163/2019 -1 447/2019 -6



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



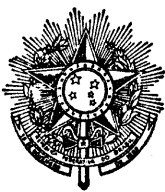
			CORRENTE (A): 20A. POTÊNCIA MÁXIMA: 250V. MODELO DE REFERÊNCIA: MAXI PRO - DANEVA. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
9	350.0 0	UN	30.26.007550-LED DIFUSO. COR: VERDE. DIÂMETRO: 5MM. TENSÃO NOMINAL: 2V. CORRENTE NOMINAL: 20 MA Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,25	87,5000	167/2019 -29 447/2019 -7
10	200.0 0	UN	30.26.007811-BATERIA RECARREGÁVEL COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS QUE REQUEREM DESCARGAS DE ENERGIA LEVES E CONTÍNUAS, CONTROLE REMOTO, RELÓGIOS, BRINQUEDOS, RÁDIOS, LANTERNAS, MP3, CÂMERAS DIGITAIS. CAPACIDADE (MAH): 250 MAH VOLTAGEM (VOLTS): 9V Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	21,2200	4.244,000 0	447/2019 -108
11	350.0 0	UN	30.26.007962-RESISTOR DE POTÊNCIA 10 OHMS 5W Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	1,1900	416,5000	167/2019 -7 447/2019 -8
12	350.0 0	UN	30.26.007966-RESISTOR DE POTÊNCIA 100 OHMS 5W Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	1,0900	381,5000	167/2019 -11 447/2019 -9
13	350.0 0	UN	30.26.008203-LED VERMELHO, 3MM, DIFUSO Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,16	56,0000	167/2019 -28 447/2019 -10
14	32.00	UN	30.26.008230-BORNE FÊMEA PARA PINO BANANA 4MM PRETO REF MODELO B09 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	1,7900	57,2800	166/2019 -2 447/2019 -11
15	350.0 0	UN	30.26.008236-LED AMARELO 3MM , DIFUSO Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,32	112,0000	167/2019 -27 447/2019 -12



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



16	100.0 0	UN	30.26.008279-BORNE PARA PINO TIPO BANANA DIÂMETRO DE 4MM NA COR VERDE. ISOLAÇÃO EM POLIPROPILENO, BUCHA EM LATÃO E ACABAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO. RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO:> 300.000 M OHM A 500 VCC 25 GRAUS CELSIUS 70 % U.R. RESISTÊNCIA DE CONTATO INICIAL MÁX.: 1M OHM RIGIDEZ DIELETRICA TÍPICA: 2000 VRMS CORRENTE NOMINAL: 25 A REFERÊNCIA BBC TECH - BORNE B10. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	4,6000	460,0000	166/2019 -3 447/2019 -13
17	111.0 0	UN	30.26.008280-BORNE PARA PINO TIPO BANANA DIÂMETRO DE 4MM NA COR AZUL. ISOLAÇÃO EM POLIPROPILENO, BUCHA EM LATÃO E ACABAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO. RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO:> 300.000 M OHM A 500 VCC 25 GRAUS CELSIUS 70 % U.R. RESISTÊNCIA DE CONTATO INICIAL MÁX.: 1M OHM RIGIDEZ DIELETRICA TÍPICA: 2000 VRMS CORRENTE NOMINAL: 25 A REFERÊNCIA BBC TECH - BORNE B10. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	4,6000	510,6000	166/2019 -4 180/2019 -7 447/2019 -14
18	30.00	UN	30.26.008297-BATERIA 12V-60 AH, COM ALÇA, PRODUZIDA COM OS SEGUINTE AGENTES: AGENTE QUÍMICO: LIGA PRATA-ESTANHO AG-10, PRESENTE NAS PLACAS POSITIVAS; AGENTE ELÉTRICO: ÍONS ATIVOS, PRESENTES NO ELETRÓLITO (SOLUÇÃO); AGENTE MECÂNICO: ESTRUTURA ESPACIAL E DE CONTORNO CONTÍNUO DAS PLACAS POSITIVAS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSÃO: 12V C20 : 60AH RC 25: 100 MIN HCA 25 GRAUS CENTÍGRADOS, C: 450 DIMENSÕES (COMP X LARG X ALT): 246 X 175 X 175MM CATMAT:21890 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO	224,0000	6.720,000 0	447/2019 -105



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



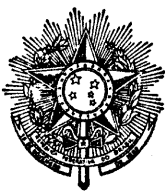
			PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
19	98.00	UN	30.26.008331-BORNE FÊMEA PARA PINO BANANA 4MM VERMELHO (REF MODELO B09) Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	7,3300	718,3400	166/2019 -1 447/2019 -15
20	200.0 0	UN	30.26.008336-CIRCUITO INTEGRADO: IR2110 DIP 14 PINOS CATMAT:301181 Fornecedor Referência: NP EVENTOS E SERVICOS LTDA (07.797.967/0001-95)	9,0100	1.802,000 0	167/2019 -40 447/2019 -16
21	350.0 0	UN	30.26.008338-CIRCUITO INTEGRADO: 7448 DIP 16 PINOS CATMAT:248216 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	7,9800	2.793,000 0	167/2019 -36 447/2019 -17
22	32.00	UN	30.26.008356-MICROFONE DE ELETRETO 10X7 SEM TERMINAIS Fornecedor Referência: LEBLON TECNOLOGIA E COMPUTADORES LTDA (01.426.365/0001-45)	3,4700	111,0400	202/2019 -1 447/2019 -18
23	3500. 00	UN	30.26.008365-RESISTOR 1,2 OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,06	210,0000	167/2019 -2 447/2019 -19
24	1000. 00	UN	30.26.008366-RESISTOR 1,8OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: HITACHI KOKUSAI LINEAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS SA (19.690.445/0001-79)	0,06	60,0000	167/2019 -3 447/2019 -20
25	2500. 00	UN	30.26.008366-RESISTOR 1,8OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,06	150,0000	167/2019 -3 447/2019 -20
26	600.0 0	UN	30.26.008379-RESISTOR 56 OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,06	36,0000	259/2019 -1 447/2019 -21



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



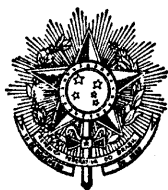
27	600.0 0	UN	30.26.008388-RESISTOR 220 OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,04	24,0000	259/2019 -2 447/2019 -22
28	600.0 0	UN	30.26.008400-RESISTOR 1K2OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,05	30,0000	259/2019 -3 447/2019 -23
29	600.0 0	UN	30.26.008401-RESISTOR 1K8OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,06	36,0000	259/2019 -4 447/2019 -24
30	1000. 00	UN	30.26.008408-RESISTOR 6K2 OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,05	50,0000	259/2019 -5 447/2019 -25
31	1000. 00	UN	30.26.008413-RESISTOR 12K OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,07	70,0000	259/2019 -6 447/2019 -26
32	1000. 00	UN	30.26.008418-RESISTOR 47K OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,03	30,0000	259/2019 -8 447/2019 -27
33	600.0 0	UN	30.26.008432-RESISTOR 470K OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,06	36,0000	259/2019 -7 447/2019 -28
34	600.0 0	UN	30.26.008434-RESISTOR 620K OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,09	54,0000	259/2019 -9 447/2019 -29



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



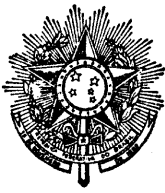
35	80.00	UN	30.26.008449-RESISTOR DE POTÊNCIA DE FIO AXIAL 10 OHM 10W Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	2,5000	200,0000	167/2019 -12 447/2019 -30
36	42.00	UN	30.26.008461-SENSOR DE EFEITO HALL ACS712 5 AMPERES,MONTADO EM PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO. CARACTERÍSTICAS: O TEMPO DE RESPOSTA PARA ENTRADA DE CORRENTE: 5US LARGURA DE FAIXA DE 80KHZ. RESISTÊNCIA DE CONDUTOR INTERNA DE 1.2 MOHM. ISOLAÇÃO DE NO MÍNIMO 2.1 KVRMS ENTRE OS PINOS 1-4 E 5-8. TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO E OPERAÇÃO ÚNICA DE 5VDC. SENSITIVIDADE DE SAÍDA: 66 A 185MV/A .TENSÃO DE SAÍDA PROPORCIONAL PARA CORRENTES AC OU DC. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	20,0000	840,0000	180/2019 -8 447/2019 -31
37	3000.00	UN	30.26.008468-RESISTOR 10K OHM, POTÊNCIA 1/4W,TOLERÂNCIA 1%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,06	180,0000	167/2019 -4 447/2019 -32
38	20.00	UN	30.26.008473-CONECTOR XLR FÊMEA DE LINHA, 4 PINOS, METAL NIQUELADO CONECTOR FÊMEA DE 4 PÓLOS. CONTATO PRATA. FÁCIL DE MONTAR SOMENTE COM 4 PARTES. DESIGN COMPACTO COM ESTRUTURA RESISTENTE EM FIBRA DE VIDRO REFORÇADA COM PLÁSTICO INJETADO E TRAVA DE TENSÃO PARA FIXAÇÃO DE TODOS OS TIPOS DE CABOS. ESPECIFICAÇÃO:FÊMEA XLR 4 PINOS. TAXA DE CORRENTE POR CONTATO: 10 A TAXA DE VOLTAGEM: 50 V CABO O.D.: 3.5 A 8.0 MM AWG: 1.5 MM (QUADRADO) / 16 AWG DISPOSTIVO DE SEGURANÇA: LATCH LOCK PROTEÇÃO À INTEMPÉRIES: IP40 PESO: 0,030 KG DIMENSÕES (C X L X A): 9 X 4 X 2,5 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	45,7000	914,0000	268/2019 -1 447/2019 -33



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



39	40.00	UN	30.26.008549-PINO BANANA PRETO 15A RESISTÊNCIA DE CONTATO INICIAL: MAX 1 MOHMS RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO: 3 MOHMS (MÍNIMO) 1 A 500 VCC @ 25 GRAUS C, 70% U.R CAPACIDADE MÁXIMA: 15A 250 VCA Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	4,7700	190,8000	166/2019 -8 447/2019 -34
40	40.00	UN	30.26.008550-PINO BANANA VERMELHO 15A RESISTÊNCIA DE CONTATO INICIAL: MAX 1 MOHMS RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO: 3 MOHMS CAPACIDADE MÁXIMA: 15A 250 VCA. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	4,7700	190,8000	166/2019 -9 447/2019 -35
41	140.0 0	UN	30.26.008559-PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO DE FIBRA VIRGEM SIMPLES 10X20CM. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	10,3500	1.449,000 0	259/2019 -14 447/2019 -36
42	19.00	UN	30.26.008561-SENSOR DE TEMPERATURA LM35 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	7,7500	147,2500	166/2019 -6 447/2019 -37
43	19.00	UN	30.26.008563-SENSOR DE TEMPERATURA NTC 10K OHMS, 3 MM. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,61	11,5900	166/2019 -7 447/2019 -38
44	450.0 0	UN	30.26.008566-POTENCIÔMETRO LINEAR MINI 10K OHM, L15. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,65	292,5000	167/2019 -25 447/2019 -39
45	160.0 0	UN	30.26.008588-CIRCUITO INTEGRADO LM324N Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	1,9000	304,0000	259/2019 -13 447/2019 -40
46	140.0 0	UN	30.26.008593-MICROCONTROLADOR PIC18F2550 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO	61,2800	8.579,200 0	259/2019 -12 447/2019 -41



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



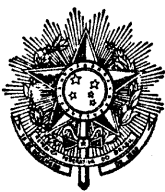
			PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
47	10.00	UN	30.26.008597-MULTÍMETRO DIGITAL COM ALARME SONORO VISOR: CRISTAL LÍQUIDO (LCD) DE 3 1/2 DÍGITOS TENSÃO DC: 0 A 200M/2000M/20/200/1000V TENSÃO AC: 0 A 200/750VAC CORRENTE DC: 200UA/2000UA/20MA/200MA/10A TESTE DE TRANSISTOR: PNP/NPN RESISTÊNCIA: 5 ESCALAS DE 0 A 200/2K/20K/200K/2MOHM AVISO SONORO: PARA RESISTENCIA ABAIXO DE 100 OHMS Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	28,1800	281,8000	166/2019 -10 447/2019 -42
48	40.00	UN	30.26.008607-CABO GARRA JACARÉ - PACOTE COM 10 UNIDADES - MULTI-COLORIDO - CABO DE COBRE - 22 AWG - PONTA TIPO JACARÉ EM AMBAS EXTREMIDADES - CABOS COM 40 CM DE COMPRIMENTO Fornecedor Referência: VIDA DE SILÍCIO LTDA - EPP (22.268.224/0001-11)	18,5800	743,2000	167/2019 -38 447/2019 -43
49	40.00	UN	30.26.008616-ROLO DE SOLDA ESTANHO 500G FIO DE MM Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	53,4000	2.136,000 0	167/2019 -39 447/2019 -44
50	8.00	UN	30.26.008622-SENSOR DE FLUXO DE ÁGUA VOLTAGEM: 5V-24V CORRENTE MAXIMA: MA DC 5V DIÂMETROS EXTERNOS: 41MM TAXA DE FLUXO: 1 A 120 L/MIN TEMPERATURA EM OPERAÇÃO: 0 GRAUS CELSIUS A 80 GRAUS CELSIUS TEMPERATURA DO LÍQUIDO: <120 GRAUS CELSIUS UMIDADE EM OPERAÇÃO: 35% A 90%RH PRESSÃO EM OPERAÇÃO: INFERIOR A 1,75MPA Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	36,5600	292,4800	166/2019 -11 447/2019 -45



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



51	4.00	UN	30.26.008627-MALHA FITA CARACTERÍSTICAS - MALHA FITA DESSOLDADORA EM COBRE - 2MM X 30M - COM FLUXO Fornecedor Referência: ELENICE RANGEL RODRIGUES FERRAMENTAS EPP (26.457.530/0001-57)	172,7000	690,8000	166/2019 -12 447/2019 -46
52	16.00	UN	30.26.008628-FILTRO DE LINHA COM 6 TOMADAS, 2 ENTRADAS E USB FILTRO DE LINHA MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO W1251 - 6 TOMADAS - 2 ENTRADAS - USB - ANTI CHAMAS Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	19,9800	319,6800	219/2019 -2 447/2019 -47
53	7.00	UN	30.26.008641-PASTA PARA SOLDA COM ESTANHO EM FIO INDICADA PARA A SOLDAGEM DE COMPONENTES ELETRÔNICOS PELO PROCESSO ESTANHO. QUANTIDADE:110G EMBALAGEM DO PRODUTO: POTE ASPECTO: PASTA SEMI-SÓLIDA CONSISTÊNCIA: ENTRE 4 E 5 (ABNT 387/65) SOLUBILIDADE: SOLÚVEL NA MAIORIA DOS ALCOÓIS E HIDROCARBONETOS ODOR: CARACTERÍSTICO AO BREU COR: AMARELO CLARO Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO	5,5600	38,9200	166/2019 -13 447/2019 -48
54	16.00	UN	30.26.008645-CHAVE DE NIVEL TIPO BOIA, SUPERIOR. CAPACIDADE ELETRICA 15A PROTEÇÃO CONTRA CHOQUES ELÉTRICOS: CLASSE II. TIPO DE INTERRUÇÃO: MICRO- DESCONEXÃO. ISENTA DE MERCÚRIO: CONTROLE POR PRINCÍPIO ELETROMECÂNICO Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	22,9900	367,8400	166/2019 -14 447/2019 -49
55	750.0 0	UN	30.26.008656-CAPACITOR CAPACITOR DISCO CERÂMICO 1NF/50V NÃO SMD	0,06	45,0000	167/2019 -13 447/2019 -50



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



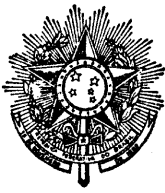
			Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
56	1550.00	UN	30.26.008657-CAPACITOR CAPACITOR DISCO CERÂMICO 10NF/50V NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,06	93,0000	167/2019 -14 259/2019 -10 447/2019 -51
57	750.00	UN	30.26.008670-CAPACITOR CAPACITOR ELETROLÍTICO RADIAL 470UF/50V NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,56	420,0000	167/2019 -23 447/2019 -52
58	70.00	UN	30.26.008673-CAPACITOR CAPACITOR ELETROLÍTICO RADIAL 4700 UF/50V NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	6,1100	427,7000	259/2019 -11 447/2019 -53
59	350.00	UN	30.26.008688-DIODO EMISSOR DE LUZ-LED LED VERMELHO, 5MM, DIFUSO Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,45	157,5000	167/2019 -30 447/2019 -54
60	440.00	UN	30.26.008689-DIODO EMISSOR DE LUZ-LED LED AMARELO 5MM, DIFUSO Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,16	70,4000	166/2019 -5 167/2019 -31 447/2019 -55
61	19.00	UN	30.26.008765-FONTE PADRÃO DE 12VCA/0.5A PARA PORTEIROS ELETRÔNICOS RESIDENCIAIS. COLETIVOS E CENTRAL DE PORTARIA SAÍDA: 12VCA - 500MA APLICAÇÃO: ALIMENTAÇÃO DE PORTEIROS ELETRÔNICOS, FECHADURAS E FECHOS INSTALAÇÃO: EM LOCAL ABRIGADO, PREFERENCIALMENTE PRÓXIMO AO EQUIPAMENTO QUE ALIMENTA ITENS INCLUSOS: MANUAL, CERTIFICADO DE GARANTIA FREQUÊNCIA: 50/60 HZ ALIMENTAÇÃO: 127/220 VCA (CHAVE	100,3500	1.906,6500	166/2019 -22 447/2019 -56



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



			SELETORA) CONSUMO: 400 MA PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A HDL Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
62	52.00	UN	30.26.008818-BATERIA 12V X 5 AH. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	106,2500	5.525,000 0	139/2019 -1 447/2019 -57
63	35.00	UN	30.26.008821-PROTOBOARD (MATRIZ DE CONTATOS), MATERIAL CORPO POLÍMERO ABS, NÚMERO FUROS 2.420, DIMENSÕES MÁXIMAS: 250 X 200 X 15 MM, 4 BORNES DE LIGAÇÃO TIPO BANANA (DIAMETRO 4 MM), TENSÃO DE TRABALHO: 0 A 300 V RMS, CORRENTE MAXIMA: 3A RMS, BITOLA DO FIO: 0,41 A 0,81 MM, ACABAMENTO DOS CONTATOS: BANHO DE NÍQUEL. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MINIPA. MODELO REFERÊNCIA MP- 2420A(FABRICANTE MINIPA). Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	147,4700	5.161,450 0	167/2019 -43 447/2019 -58
64	16.00	UN	30.26.008839-SINALEIRO LED 24V 22MM AMARELO.DIÂMETRO: 22MM .GRAU DE PROTEÇÃO: IP65. MATERIAL:TERMOPLÁSTICO. LED INTEGRADO AO CORPO.CATEGORIA DE SOBRETENSÃO: III. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	9,1000	145,6000	166/2019 -15 447/2019 -59
65	16.00	UN	30.26.008840-SINALEIRO LED 24V 22MM VERDE.DIÂMETRO: 22MM .GRAU DE PROTEÇÃO: IP65. MATERIAL:TERMOPLÁSTICO. LED INTEGRADO AO CORPO.CATEGORIA DE SOBRETENSÃO: III. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	9,1000	145,6000	166/2019 -16 447/2019 -60
66	16.00	UN	30.26.008841-SINALEIRO LED 24V 22MM VERMELHO.DIÂMETRO: 22MM .GRAU DE PROTEÇÃO: IP65. MATERIAL:TERMOPLÁSTICO. LED INTEGRADO AO CORPO.CATEGORIA DE SOBRETENSÃO: III.	9,1000	145,6000	166/2019 -17 447/2019 -61



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



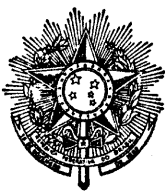
			Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
67	16.00	UN	30.26.008842-SINALEIRO LED 24V 22MM AZUL.DIÂMETRO: 22MM .GRAU DE PROTEÇÃO: IP65. MATERIAL:TERMOPLÁSTICO. LED INTEGRADO AO CORPO.CATEGORIA DE SOBRETENSÃO: III. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	9,1000	145,6000	166/2019 -18 447/2019 -62
68	16.00	UN	30.26.008855-DISJUNTOR UNIPOLAR 2A CURVA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: NUMERO DE POLOS: 1 POLO; CORRENTE NOMINAL: IN 2A FREQUÊNCIA: 50/60HZ CURVA DE DISPARO: C FIXAÇÃO: ENCAIXE PERFIL DIN 35MM, TENSÃO MÁX. DE SERVIÇO "C.A": 440V TENSÃO DE TRABALHO: 230/400 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	37,9000	606,4000	180/2019 -14 447/2019 -63
69	150.0 0	UN	30.26.008878-CABO FLEXÍVEL COM PINO BANANA 4MM COM DERIVAÇÃO - 1500MM DE COMPRIMENTO. CARACTERÍSTICAS DOS PINOS, ISOLAÇÃO: TERMOPLASTICO - BUCHA: LATÃO NIQUELADO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO:> 300.000 M OHM A 500 VCC 25 GRAUS CELSIUS 70 % U.R. RESISTÊNCIA DE CONTATO INICIAL MÁX.: 1M OHM RIGIDEZ DIELÉTRICA TÍPICA: 2000 VRMS CORRENTE NOMINAL: 15 A PINO: 4 MM DE DIÂMETRO COM DERIVAÇÃO AXIAL Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	11,8000	1.770,000 0	180/2019 -5 447/2019 -64
70	150.0 0	UN	30.26.008880-CABO FLEXÍVEL COM PINO BANANA 4MM COM DERIVAÇÃO - 250MM DE COMPRIMENTO. CARACTERÍSTICAS DOS PINOS, ISOLAÇÃO: TERMOPLASTICO - BUCHA: LATÃO NIQUELADO	2,3900	358,5000	180/2019 -3 447/2019 -65



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



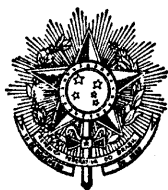
			ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO:> 300.000 M OHM A 500 VCC 25 GRAUS CELSIUS 70 % U.R. RESISTÊNCIA DE CONTATO INICIAL MÁX.: 1M OHM RIGIDEZ DIELETRICA TÍPICA: 2000 VRMS CORRENTE NOMINAL: 15 A PINO: 4 MM DE DIÂMETRO COM DERIVAÇÃO AXIAL Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
71	35.00	UN	30.26.008900-CONTATOR TRIFÁSICO 220V 60HZ 18A PARA ACIONAMENTO PARTIDA DIRETA DE BOMBA 5CV COM 2 CONTATOS NA E 2 CONTATOS NF, PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À WEG. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	73,6900	2.579,150 0	261/2019 -1 447/2019 -66
72	16.00	UN	30.26.008928-DISJUNTOR TRIPOLAR 4A DIN CURVA C Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	47,7800	764,4800	180/2019 -13 447/2019 -67
73	35.00	UN	30.26.008933-ESCOVA DE CARVÃO (5X8X15MM 10JG1056) Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	22,6500	792,7500	180/2019 -9 447/2019 -68
74	16.00	UN	30.26.008935-INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (IDR LINHA DZL176-40A -JNG) Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	96,0000	1.536,000 0	180/2019 -2 447/2019 -69
75	2.00	UN	30.26.008936-CHAVE SELETORA 6 POSIÇÕES (STO 51) Fornecedor Referência: RIBEIRO INDÚSTRIA E COMÉRC. DE PROD ELÉTRICOS LTDA (75.621.672/0002-02)	368,5000	737,0000	180/2019 -4 447/2019 -70
76	6.00	UN	.26.008936-CHAVE SELETORA 6 POSIÇÕES (STO 51) Fornecedor Referência: THS COMPONENTES ELETRICOS EIRELI-EPP (59.750.976/0001-24)	368,5000	2.211,000 0	180/2019 -4 447/2019 -70
77	4.00	UN	30.26.008937-MEDIDOR ANALÓGICO 0-250VAC	82,2900	329,1600	180/2019 -10 447/2019 -71



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



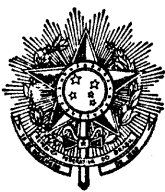
			Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
78	7.00	UN	30.26.008939-MEDIDOR ANALÓGICO 0 A 1AAC Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	132,9200	930,4400	180/2019 -11 447/2019 -72
79	4.00	UN	30.26.008940-MEDIDOR ANALÓGICO 0-250VDC Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	88,6400	354,5600	180/2019 -12 447/2019 -73
80	350.00	UN	30.26.008974-ABRAÇADEIRA DE NYLON 390X 7,6MM -COMPRIMENTO NOMINAL (MM): 390 -COR: BRANCA -DIÂMETRO MÁXIMO DE AMARRAÇÃO (MM): 100 -LARGURA (MM):7,6 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,3	105,0000	166/2019 -19 447/2019 -74
81	750.00	UN	30.26.008987-CAPACITOR FIXO POLIÉSTER, CAPACITÂNCIA NOMINAL:1 NF, TENSÃO NOMINAL:250 V Fornecedor Referência: NP EVENTOS E SERVICOS LTDA (07.797.967/0001-95)	0,24	180,0000	167/2019 -15 447/2019 -75
82	3000.00	UN	30.26.008988-RESISTOR 1000 OHM, POTÊNCIA 1/4W, TOLERÂNCIA 5%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,05	150,0000	167/2019 -1 447/2019 -76
83	3000.00	UN	30.26.008989-RESISTOR 1000 OHM, POTÊNCIA 1/2W, TOLERÂNCIA 5%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,05	150,0000	167/2019 -5 447/2019 -77
84	350.00	UN	30.26.008990-RESISTOR 1000 OHM, POTÊNCIA 2W, TOLERÂNCIA 5%, NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,09	31,5000	167/2019 -6 447/2019 -78
85	350.00	UN	30.26.008993-RESISTOR 220 OHM, POTÊNCIA 5W, TOLERÂNCIA 5%, NÃO SMD	1,1200	392,0000	167/2019 -8 447/2019 -79



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



			Fornecedor Referência: NP EVENTOS E SERVICOS LTDA (07.797.967/0001-95)			
86	350.0 0	UN	30.26.008994-RESISTOR 47 OHM, POTÊNCIA 5W, TOLERÂNCIA 5%, NÃO SMD Fornecedor Referência: NP EVENTOS E SERVICOS LTDA (07.797.967/0001-95)	0,83	290,5000	167/2019 -10
87	350.0 0	UN	30.26.008995-RESISTOR 22 OHM, POTÊNCIA 5W, TOLERÂNCIA 5%, NÃO SMD Fornecedor Referência: NP EVENTOS E SERVICOS LTDA (07.797.967/0001-95)	0,83	290,5000	167/2019 -9 447/2019 -81
88	350.0 0	UN	30.26.008997-LED DIFUSO. COR: AMARELA. DIÂMETRO: 10MM. TENSÃO NOMINAL: 2,5V. CORRENTE NOMINAL: 20 MA Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,39	136,5000	167/2019 -32 447/2019 -82
89	350.0 0	UN	30.26.008999-LED DIFUSO. COR: VERMELHO. DIÂMETRO: 10MM. TENSÃO NOMINAL: 2,5V. CORRENTE NOMINAL: 20 MA. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,39	136,5000	167/2019 -33 447/2019 -83
90	350.0 0	UN	30.26.009000-CIRCUITO INTEGRADO LM555. DIP8. NÚMERO DE PINOS: 8. NÃO SMD. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,74	259,0000	167/2019 -34 447/2019 -84
91	350.0 0	UN	30.26.009001-BOTÃO CHAVE COM TRAVA PARA USO EM PROTOBOARD. TAMANHO: 8MM X 8MM NÚMERO DE PINOS: 6 2 CONTATOS NORMALMENTE ABERTOS (NA) E 2 CONTATOS NORMALMENTE FECHADOS (NF) Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,51	178,5000	167/2019 -37 447/2019 -85
92	170.0 0	UN	30.26.009002-CIRCUITO INTEGRADO TL072 AMPLIFICADOR OPERACIONAL DUPLO COM ENTRADA JFET, DE BAIXO RUÍDO. ENCAPSULAMENTO: DIP PINOS: 8. NÃO SMD	3,0000	510,0000	167/2019 -41 447/2019 -86



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



			Fornecedor Referência: NP EVENTOS E SERVICOS LTDA (07.797.967/0001-95)			
93	70.00	UN	30.26.009003-POTENCIÔMETRO DE PRECISÃO MULTIVOLTAS 10K 2W. MODELO: WXD3-13 NÚMERO DE VOLTAS 10. NÚMERO DE PINOS:5 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	16,7200	1.170,400 0	166/2019 -20 167/2019 -44 447/2019 -87
94	35.00	UN	30.26.009004-PUNÇÃO PARA PERFURADOR DE PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO. PUNÇÃO INDICADO PARA PERFURADORES DA LINHA SUETOKU. FABRICADO EM PLÁSTICO ABS COM ALMA DE AÇO CARBONO PUNÇÃO COM PONTA DE 1MM Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	3,6500	127,7500	167/2019 -24 447/2019 -88
95	750.0 0	UN	30.26.009006-CAPACITOR FIXO POLIÉSTER, CAPACITÂNCIA NOMINAL:2,2 NF, TENSÃO NOMINAL:250 V. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,83	622,5000	167/2019 -17 447/2019 -89
96	750.0 0	UN	30.26.009007-CAPACITOR FIXO POLIÉSTER, CAPACITÂNCIA NOMINAL:4,7 NF, TENSÃO NOMINAL:100V Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,83	622,5000	167/2019 -18 447/2019 -90
97	750.0 0	UN	30.26.009008-CAPACITOR FIXO POLIÉSTER, CAPACITÂNCIA NOMINAL:1,5 NF, TENSÃO NOMINAL:100V Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	3,9000	2.925,000 0	167/2019 -16 447/2019 -91
98	750.0 0	UN	30.26.009011-CAPACITOR FIXO POLIÉSTER, CAPACITÂNCIA NOMINAL:100 NF, TENSÃO NOMINAL:100V. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,39	292,5000	167/2019 -19 447/2019 -92
99	750.0 0	UN	30.26.009012-CAPACITOR FIXO POLIÉSTER, CAPACITÂNCIA NOMINAL:47 NF, TENSÃO NOMINAL:100V Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO	0,45	337,5000	167/2019 -20 447/2019 -93



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



			(00.489.828/0003-17)			
100	750.00	UN	30.26.009014-CAPACITOR FIXO POLIÉSTER, CAPACITÂNCIA NOMINAL:470 NF, TENSÃO Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)NOMINAL:250V.	0,68	510,0000	167/2019 -21 447/2019 -94
101	750.00	UN	30.26.009015-CAPACITOR FIXO POLIÉSTER, CAPACITÂNCIA NOMINAL: 1UF, TENSÃO NOMINAL:100 V. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	1,6900	1.267,5000	167/2019 -22 447/2019 -95
102	90.00	M	30.26.009016-ESPAGUETE TERMO RETRÁTIL PARA VEDAÇÃO E ISOLAMENTO DE FIOS E CABOS ELÉTRICOS; COR: PRETO TEMPERATURA MÁXIMA DE AQUECIMENTO: 125C TENSÃO MÁXIMA: 600V DIÂMETRO NATURAL: 4MM; Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	1,2500	112,5000	166/2019 -21 167/2019 -45 447/2019 -96
103	170.00	UN	30.26.009017-CIRCUITO INTEGRADO 7490 CONTADOR DE DÉCADA TTL ENCAPSULAMENTO:DIP NÚMERO DE PINOS: 14 NÃO SMD Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	10,7000	1.819,0000	167/2019 -42 447/2019 -97
104	75.00	UN	30.26.009019-FUSIVEL FLUKE 179 10 A CORRENTE NOMINAL: 10 A M REGIME DE TENSÃO CA: 600 VAC , TIPO DE FUSÍVEL: AÇÃO RÁPIDA, CLASSIFICAÇÃO DE INTERRUPÇÃO: 100 KA , ESTILO DE CORPO: CARTUCHO ESTILO DE MONTAGEM: ENCAPSULADO, DIÂMETRO: 10.3 MM , COMPRIMENTO: 38.1 MM PESO UNITÁRIO: 8.165 G. REFERENCIA: FABRICANTE: EATON SÉRIE: KTK 10 MARCA: BUSSMANN / EATON Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,53	39,7500	180/2019 -1 447/2019 -98



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



105	16.00	UN	30.26.009021-CIRCUITO INTEGRADO LM386 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,59	9,4400	202/2019 -4 447/2019 -99
106	23.00	UN	30.26.009024-TRANSISTOR BF494 Fornecedor Referência: NP EVENTOS E SERVICOS LTDA (07.797.967/0001-95)	0,5	11,5000	202/2019 -3 447/2019 -100
107	74.00	UN	30.26.009025-TRANSISTOR BD135 Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,72	53,2800	202/2019 -2 447/2019 -101
108	18.00	UN	30.26.009030-DRIVER PONTE H 43A , SUPORTA: 1 MOTORES DC; CONTROLE DE DIREÇÃO E VELOCIDADE (PWM); TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 5 - 45 VDC; TENSÃO LÓGICA: 3,3 - 5,3 V; CORRENTE DE ALIMENTAÇÃO (MÓDULO): 3 MA; MÁXIMA POTÊNCIA DISSIPADA: 25W PARA 75 C; MÁXIMA CORRENTE CONTINUA: 43,0 A; MÁXIMA CORRENTE DE PICO: 60,0 A; PROTEÇÃO: TÉRMICA, SOBRE TENSÃO, SUB TENSÃO, COBRE CORRENTE; POSSUI PINO (IS) PARA INDICAR FALHAS (PROTEÇÃO); POSSUI DISSIPADOR DE CALOR; DIMENSÃO: 50 X 50 X 48 MM; PESO: 85 GRAMAS;REFERENCIA: DRIVER PONTE H 43A - BTS7960 Fornecedor Referência: CURTO CIRCUITO COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA ME (26.191.165/0001-81)	87,7700	1.579,860 0	180/2019 -16 447/2019 -102
109	28.00	UN	30.26.009032-SENSOR DE CORRENTE HAL L CORRENTE NOMINAL (VALOR EFETIVO): 20A; FAIXA DE MEDIÇÃO: 30; SAÍDA: 50MA; PRECISÃO: 0,5%; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO (5%): 15V; TA = 25 C: 0,15MA; TEMPO DE RESPOSTA: 40 MICRO SEGUNDOS; TEMPERATURA DE TRABALHO: -25 .. + 70 C; TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -40 .. + 85 C; RIGIDEZ DIELÉTRICA (50HZ 1MIN): 3.5KV; RESISTÊNCIA AO FOGO UL94-V0; TIPO DE MONTAGEM: PCB; PESO: 21G REFERENCIA: SENSOR DE CORRENTE HALL HA4009 20A, FABRICANTE YHDC Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	20,0000	560,0000	180/2019 -6 447/2019 -103



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



110	18.00	UN	30.26.009035-PLACA MICROCONTROLADOR 32 BIT, TENSÃO OPERACIONAL 3,3V. TENSÃO DE ENTRADA (RECOMENDADO 7 A 12V, TENSÃO DE ENTRADA (LIMITES) 6 A 16V, PINOS DIGITAL I/O 54 (DOS QUAIS 12 FORNECEM SAÍDA PWM), PINOS DE ENTRADA ANALÓGICA 12 PINOS DE SAÍDA ANALÓGICA 2 (DAC), CORRENTE DE SAÍDA DC TOTAL PARA PIN 3.3V, 800MA, CORRENTE DC PARA PINO 5V, 800MA, MEMÓRIA FLASH 512 KB TODOS DISPONÍVEIS PARA OS APLICATIVOS DO USUÁRIO, SRAM 96 KB (DOSI BANCOS: 64 KB E 32 KB), VELOCIDADE DO RELÓGIO 84 MHZ, COMPRIMENTO 101,52 MM, LARGURA 53,3 MM, PESO 36G. REFERÊNCIA: ARDUINO DUE ATMEL SAM3X8E ARM. CORREX M3 CPU. MICROCONTROLADOR AT91SAM3X8E. Fornecedor Referência: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	265,0000	4.770,000 0	180/2019 -15 447/2019 -104
-----	-------	----	--	----------	----------------	-------------------------------------

24.3. A despesa com a presente aquisição está estimada em R\$ 111.677,09(cento e onze mil e seiscentos e setenta e sete reais e nove centavos).

24.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

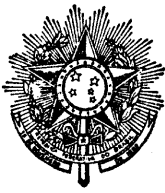
24.5. Caso seja necessário, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado Coordenadoria de Suprimentos da UFOP, localizada no prédio do Centro de Convergência, Campus Universitário Morro do Cruzeiro, na cidade de Ouro Preto/MG, CEP: 35.400-000) e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

25. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

25.1. Materiais necessários para atendimentos as aulas práticas dos cursos de computação, engenharia elétrica e de alguns departamentos da UFOP conforme justificativas apresentadas pelos setores demandantes dos itens deste pregão, detalhadas nas propostas para aquisição de materiais (PAMC's), juntadas neste processo.

25.2. Conforme o Art. 3º do Decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013: o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.



25.2.1. O objeto deste pregão se enquadra na hipótese de número dois, visto as aquisições estarem relacionadas a previsão de entrega parcelada do objeto desta licitação.

26. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 26.1. O Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, traz em seu art.1º, o seguinte: A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art.2º da Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União.
- 26.2. O citado Decreto Federal enumera uma série de bens e serviços comuns. Essa listagem é importante, pois a modalidade pregão passou a ser a regra geral nas licitações que precedam a celebração de contratos para a aquisição, pela União, de tais bens e serviços. De acordo com Alexandrino:
- 26.3. “Dentre os bens constante na lista, classificados em bens de consumo e bens permanentes, enumeramos: água mineral, combustíveis, gêneros alimentícios, material hospitalar e de limpeza, uniformes, veículos, automóveis, gás, material de expediente, material hospitalar, médico e de laboratório, drogas e insumos farmacêuticos, mobiliário, etc.” (ALEXANDRINO, 2005, p.457). Como é possível constatar na descrição do objeto deste certame.

27. ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

- 27.1. As estratégias de suprimento estão baseadas na identificação e informações sobre o grupo de suprimento, tais como: os volumes utilizados e consumidos, preços praticados, especificações de qualidade, processos de produção, processos de compras, identificação de possíveis fornecedores, volumes de fornecimento, localização física. Busca-se uma avaliação contínua das estratégias através de reavaliações de tempos em tempos para: detectar alterações de mercado, saber das novas capacidades dos fornecedores, descobrir novos fornecedores, monitorar a evolução dos grupos de suprimentos. O fornecimento do material será efetuado de forma parcelada conforme solicitação da UFOP, obedecendo aos prazos, locais e horários especificados no presente Termo.

28. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 28.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas na proposta comercial, em remessa *parcelada*, no seguinte endereço Almojarifado Central, Centro de Convergência- Campus Universitário - Morro do Cruzeiro - CEP 35400-000 - Ouro Preto- MG, no horário de 08:00 às 16:00 horas. O fornecedor deverá, antes de efetuar a entrega, entrar em contato com a CSU/Almojarifado pelos telefones (31) 3559-1392/1944 para fins de agendamento.
- 28.2. O fornecedor deverá comunicar à Coordenadoria de Suprimentos, Centro de Convergência, Campus Universitário, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto- MG, CEP 35400-000, por escrito, no prazo máximo de 24 horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega do bem, informando os motivos que impossibilitem o cumprimento do previsto no subitem 5.1.
- 28.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, conforme o caso, para efeito de



posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

28.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

28.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3(três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

28.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

28.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

28.7. Os bens deverão ser entregues e acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

28.8. O fornecedor deverá remover, às suas expensas, todo o bem que estiver em desacordo com as especificações básicas e/ou aquele que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

29. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.1. São obrigações da Contratante:

29.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

29.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

29.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

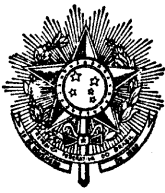
29.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

29.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

29.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

30. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

30.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



- 30.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, ou até mesmo outras informações, dependendo do caso;*
- 30.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 30.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 30.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 30.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 30.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

31. DA SUBCONTRATAÇÃO

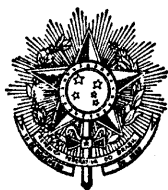
- 31.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

32. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 32.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

33. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

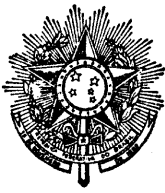
- 33.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 33.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 33.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 33.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das



falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

34. DO PAGAMENTO

- 34.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 34.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 34.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 34.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 34.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 34.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 34.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 34.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 34.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 34.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 34.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



34.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

34.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

34.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

34.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

34.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

35. DO REAJUSTE

35.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

36. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

36.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

37. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

37.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

37.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

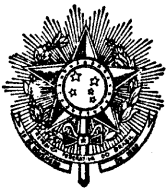
37.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



- 37.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 37.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 37.1.5. cometer fraude fiscal;
- 37.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 37.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 37.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - 37.2.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 37.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 37.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 37.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 37.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
 - 37.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 37.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 37.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 37.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 37.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 37.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 37.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 37.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos**



- 37.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 37.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 37.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 37.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 37.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 37.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 37.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Ouro Preto, 08 de outubro de 2019.

Proposto por:

Gabriel Augusto Sanches Hernandes
Coordenador de Suprimentos

APROVAÇÃO

Aprovo o presente Termo de Referência, pelos fundamentos e justificativas apresentadas pelo setor demandante, por cumprir as exigências legais e constituir uma demanda da Universidade Federal de Ouro Preto.

Eduardo Curtiss dos Santos

Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(em papel personalizado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX-2019

Processo Administrativo n.º 23109 00XXXX/2019-XX

Apresentamos nossa proposta comercial para **entrega parcelada** de materiais, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas no Edital do Pregão Eletrônico supracitado e seus Anexos.

ITEM	QTDE.	UN D	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)
VALOR TOTAL (R\$)					

Declaramos que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O prazo de validade de nossa proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

Declaramos plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA

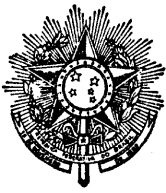
Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____

Endereço: _____ E-mail: _____ Tel/Fax: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ Nº _____

C/C: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos



DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DA ATA:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____

UF _____

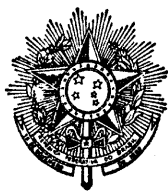
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Cart. Ident. nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Obs.: Observar TODAS as exigências constantes do Edital e seus anexos.

Local e data Nome e assinatura do responsável legal



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO XX/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Universidade Federal de Ouro Preto, por meio da Coordenadoria de Suprimentos, localizada no Campus Universitário do Morro do Cruzeiro, CEP 35400-000, Ouro Preto /MG, telefones: (31) 3559-1377, neste ato representado pelo Diretor de Orçamento e Finanças, Eduardo Curtiss dos Santos, nomeado pela Portaria nº 043, de 29 de janeiro de 2015, publicada no DOU de 10 de fevereiro de 2015, inscrito no CPF sob o nº 919.560.306-97, SIAPE 1.463.810, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico**, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2019**, publicada no DOU de ___/___/2019, processo administrativo n.º 23109.00xxxx/2019-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de , conforme especificações descritas no Termo de Referência, Anexo I do edital de *Pregão* nº XX/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

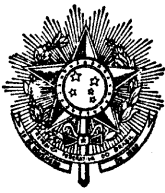
Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>).						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador e participante será a Universidade Federal de Ouro Preto.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade



4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da publicação no DOU, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos**



6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO IV

Minuta de Termo de Contrato

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A EMPRESA
.....

A União, por intermédio da Universidade Federal de Ouro Preto, com sede na Rua Diogo de Vasconcelos, nº 122, Bairro Pilar, em Ouro Preto – MG, CEP 35.400-000, inscrita no CNPJ sob nº 23.070.659/0001-10, inscrição estadual nº 461.570898.0093, neste ato representado, neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., por Sistema de Registro de Preços nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E	VALOR
1					
2					
3					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

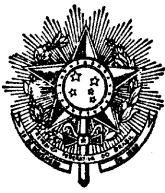
9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Coordenadoria de Suprimentos**



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Ponte Nova/MG - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....

**Universidade Federal de Ouro Preto
CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

Testemunhas:

1ª - _____

2ª - _____

NOME/CPF:

NOME/CPF: